

A. I. Nº - 279862.3004/08-5
AUTUADO - JÚLIO CÉSAR BARBOSA MAGALHÃES
AUTUANTE - JOÃO RICARDO TERCEIRO BARRETO
ORIGEM - INFAZ SENHOR DO BONFIM
INTERNET - 25.09.2009

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0298-02/09

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA E NÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. a) FALTA b) RECOLHIMENTO A MENOS. Comprovada a não inclusão de recolhimentos efetuados resultando na diminuição do débito. **2. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO.** A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas, conforme presunção legal nesse sentido (§ 4º do art. 4º da Lei nº 7.014/96). A apuração do imposto foi feita em consonância com a regra do art. 19 da Lei nº 7.357/98, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, com a concessão do crédito presumido de previsto no § 1º do art. 408-S, do RICMS aprovado pelo Decreto nº 6.284/97. Não foi comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Fato não contestado. Não foi acolhido o pedido de dispensa de multa por não ser de competência este órgão julgador nessa esfera de julgamento. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 01/10/2008, reclama ICMS no valor total de R\$12.750,16, sob acusação do cometimento das seguintes infrações.

1. Falta de recolhimento do ICMS - antecipação parcial, no total de R\$4.336,05, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias para comercialização provenientes de outras unidades da Federação, correspondentes aos meses de março, junho, setembro a dezembro de 2005, janeiro, março a novembro de 2006, fevereiro e março de 2007, conforme demonstrativo à fl. 19 e cópias de notas fiscais às fls. 30 a 37.
2. Recolhimento a menor do ICMS - antecipação parcial, no total de R\$1.660,81, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias para comercialização provenientes de outras unidades da Federação, correspondentes aos meses de abril, maio, julho e agosto de 2005, dezembro de 2006 e janeiro de 2007, conforme demonstrativo à fl.19 e cópias de notas fiscais às fls. 30 a 37.

3. Falta de recolhimento do ICMS - antecipação parcial, no total de R\$3.639,53, na condição de microempresa não optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias para comercialização provenientes de outras unidades da Federação, correspondentes aos meses de agosto e outubro de 2007, fevereiro, abril e maio de 2008, conforme demonstrativo à fl. 19 e cópias de notas fiscais às fls. 30 a 37.
4. Recolhimentos a menor do ICMS - antecipação parcial, no total de R\$1.575,32, na condição de microempresa não optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias para comercialização provenientes de outras unidades da Federação, correspondentes aos meses de julho e setembro de 2007, janeiro e março de 2008, conforme demonstrativo à fl.19 e cópias de notas fiscais às fls. 30 a 37.
5. Falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$1.538,45, em razão de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, nos meses de março, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de 2005, e agosto de 2006, conforme demonstrativos às fls. 70 a 74, e cópias de notas fiscais às fls. 85 a 420, e livro Caixa às fls. 421 a 505.

O autuado, por seu representante legal, em sua defesa à fl. 174, requer e alega que:

- 1) o ICMS – antecipação parcial relativo às Notas Fiscais nº 10026, 10211, 2234, 2363, 6426, 17008, 16575, 30439, 4281, 15502, 16054, 32505 foi devidamente recolhido;
- 2) a Nota Fiscal de nº 32505 foi incluída em duplicidade no levantamento fiscal;
- 3) ficam contestadas integralmente as infrações de 02 e 04, que dizem respeito a recolhimento do ICMS parcial a menor;
- 4) a redução da multa em 100% sobre o valor do AI, pois manifestou o seu interesse em recolher o imposto devido, e que ficou impedido pelo motivo da cobrança do ICMS em duplicidade que especificou.

Para comprovar sua alegação, juntou cópias das notas fiscais e de DAES (fls. 175 a 196).

Ao final, solicita a nulidade do Auto de Infração.

Na informação fiscal à fl. 205, o autuante rebateu as alegações defensivas na forma que segue.

Aduz que não foi apresentado nem localizado na relação de DAES do exercício de 2005 o comprovante de recolhimento referente à antecipação parcial da Nota Fiscal nº 32.505. Quanto a comprovação documental referente ao recolhimento da antecipação parcial das NFs nº 10026, 10211, 2234, 2363, 6426, 17008, 16575, 30439, 4281, 15502, 16054, 32505, informa que o débito a elas inerentes foi deduzido dos respectivos itens do demonstrativo de débito de fls. 4 e 5, resultando no demonstrativo corrigido subscrito pelo autuado anexado à fl. 206.

Quanto a alegada duplicidade de nota fiscal, o preposto fiscal explica que algumas notas fiscais de entradas não registradas discriminavam mercadorias sujeitas a antecipação parcial, caracterizando infrações diversas.

Justifica que a antecipação parcial é considerada a menor quando existe recolhimento no mês em valores inferiores ao devido.

Sobre o pedido para redução da multa, observa que não existe embasamento legal para o pleito do contribuinte.

Por conta dos equívocos comprovados, diz que recalculou os itens de ocorrência nº 5, 17, 18, 19, 20, 28 e 33, do Demonstrativo de Débito, ratificando seu procedimento fiscal em relação aos demais itens da autuação.

O processo foi submetido a Pauta Suplementar do dia 21/08/2009, sendo decidido pela desnecessidade de diligência uma vez que os autos contém todos elementos necessários para o deslinde da lide.

VOTO

Inicialmente, quanto ao pedido de redução das multas pelo descumprimento de obrigação acessória, não pode ser acolhido, pois as multas aplicadas em cada infração estão previstas no dispositivo legal mencionado em cada infração, não competindo a esse órgão julgador nesta instância de julgamento, a prerrogativa para a sua redução, a teor do que dispõe no art. 42, § 8º da Lei 7014/96, regulamentado pelo art. 159 do RPAF/BA, sendo que tal pedido poderá ser requerido à Câmara Superior do CONSEF a dispensa ou redução de multa por infração de obrigação principal ao apelo de equidade.

O processo foi submetido a Pauta Suplementar do dia 21/08/2009, sendo decidido pela desnecessidade de diligência uma vez que os autos contém todos elementos necessários para o deslinde da lide.

Quanto ao mérito, todas as infrações estão devidamente comprovadas através dos demonstrativos, levantamentos e cópias das notas fiscais que originaram o lançamento de cada item, conforme documentos às fls. 10 a 170, todos entregues ao sujeito passivo para exercer com plenitude a ampla defesa e o contraditório.

Quanto às infrações 01, 02, 03 e 04, inerentes a falta de recolhimento e recolhimento a menor do ICMS – antecipação parcial, o lançamento foi impugnado com base na alegação de que houve duplicidade de lançamento de nota fiscal e que o imposto de algumas notas fiscais já havia sido recolhido.

Observo que no caso da infração 01, foi consignada em duplicidade a Nota Fiscal nº 32505 no levantamento inicial à fl. 14, e o autuante em seu demonstrativo de débito corrigido à fl. 206 não excluiu o débito no valor de R\$126,67, referente à citada nota fiscal. Excluindo tal importância o débito do fato gerador 30/11/2005 passa a ser de R\$788,71.

No que tange às infrações 02, 03, e 04, considerando que na informação fiscal o autuante acatou as razões defensivas, relativamente ao pagamento da antecipação parcial das NFs nº 10026, 10211, 2234, 2363, 6426, 17008, 16575, 30439, 4281, 15502, 16054, 32505, e apresentou novo demonstrativo de débito refeito, fl. 206, com a exclusão das citadas notas fiscais, passo a proferir o meu voto em relação a tais infrações, a partir da informação fiscal, uma vez que consta anexo à informação fiscal (fl. 206) um demonstrativo subscrito pelo autuado demonstrando os valores que foram excluídos do levantamento fiscal.

Disso decorrente, os demonstrativos de débito das infrações em comento passam a ser o seguinte.

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Data Ocor.	Data Venc.to.	VL.débito inicial	Exclusão	VL.do Débito	INF.
31/03/2005	09/04/2005	131,19	-	131,19	1
30/06/2005	09/07/2005	38,52	-	38,52	1
30/09/2005	09/10/2005	213,29	-	213,29	1
31/10/2005	09/11/2005	333,23	-	333,23	1
30/11/2005	09/12/2005	915,38	126,67	788,71	1
31/12/2005	09/01/2006	178,01	-	178,01	1
31/01/2006	09/02/2006	105,94	-	105,94	1
31/03/2006	09/04/2006	113,74	-	113,74	1
30/04/2006	09/05/2006	370,52	-	370,52	1
31/05/2006	09/06/2006	444,86	-	444,86	1
30/06/2006	09/07/2006	13,09	-	13,09	1
30/09/2006	09/10/2006	192,56	-	192,56	1

31/10/2006	09/11/2006	419,59	-	419,59	1
30/11/2006	09/12/2006	271,16	-	271,16	1
28/02/2007	09/03/2007	371,94	-	371,94	1
31/03/2007	09/04/2007	223,03	-	223,03	1
TOTAIS		4.336,05	126,67	4.209,38	

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Data Ocor.	Data Vencto.	Vl.débito inicial	Exclusão	Vl.do Débito	INF.
30/04/2005	09/05/2005	469,83	440,32	29,51	2
31/05/2005	09/06/2005	260,87	96,64	164,23	2
31/07/2005	09/08/2005	309,86	138,92	170,94	2
31/08/2005	09/09/2005	315,72	155,35	160,37	2
31/08/2006	09/09/2006	89,65		89,65	2
31/12/2006	09/01/2007	62,68		62,68	2
31/01/2007	09/02/2007	152,20		152,20	2
TOTAIS		1.660,81	831,23	829,58	

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Data Ocor.	Data Vencto.	Vl.débito inicial	Exclusão	Vl.do Débito	INF.
31/08/2007	09/09/2007	642,96		642,96	3
31/10/2007	09/11/2007	725,83		725,83	3
28/02/2008	09/03/2008	455,47		455,47	3
30/04/2008	09/05/2008	675,77		675,77	3
31/05/2008	09/06/2008	1.139,50	204,79	934,71	3
TOTAIS		3.639,53	204,79	3.434,74	

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Data Ocor.	Data Vencto.	Vl.débito inicial	Exclusão	Vl.do Débito	INF.
31/07/2007	09/08/2007	132,92		132,92	4
30/09/2007	09/10/2007	641,04		641,04	4
31/01/2008	09/02/2008	303,36		303,36	4
31/03/2008	09/04/2008	188,28		188,28	4
30/06/2008	09/07/2008	309,72	172,57	137,15	4
TOTAIS		1.575,32	172,57	1.402,75	

Sobre o item 05, inerente a apuração de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, decorrente de entradas de mercadorias não registradas, o autuado não se insurgiu quanto este item, tornando-o integralmente subsistente o débito apurado de R\$1.538,45.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração no valor de R\$11.414,90, conforme quadro abaixo.

INFRAÇÕES	VL. DÉBITO INICIAL	VL. DÉBITO DEVIDO
1	4.336,05	4.209,38
2	1.660,81	829,58
3	3.639,53	3.434,74
4	1.575,32	1.402,75
5	1.538,45	1.538,45
TOTAIS	12.750,16	11.414,90

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 279862.3004/08-5, lavrado contra **JÚLIO CÉSAR BARBOSA MAGALHÃES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o

pagamento do imposto no valor de **R\$11.414,90**, acrescido das multas de 50% sobre R\$9.876,45 e de 70% sobre R\$1.538,45, previstas no artigo 42, I, “b”, “1” e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de setembro de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR